

Câmara aprova crédito adicional a ser repassado como contrapartida à Crehnor

A primeira sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Santo Antônio das Missões deste ano foi realizada nesta segunda-feira, dia 2, às 9h. A reunião contou com a presença da secretária municipal de Assistência Social, Priscila Nunes, que usou a tribuna para defender a aprovação de um projeto que abre crédito adicional especial e explicar o corte no número de beneficiados pelo programa Minha Casa Minha Vida Sub-50, do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).

O projeto que abre crédito adicional especial no valor de R\$ 23.588,00 para a Secretaria Municipal de Assistência Social precisava da aprovação para o recurso ser repassado como contrapartida à Crehnor na construção das 27 casas do programa Minha Casa Minha Vida Sub-50. Priscila Nunes explicou que a administração municipal corre contra o tempo para construir as residências, pois se até 30 de julho não tiver 10% delas concluídas, será necessário devolver o dinheiro para o Ministério das Cidades e o município vai ficar 10 anos suspenso de programas habitacionais do governo. Autor do pedido de convocação da secretária, o vereador Paulo César Pedroso (PT) questionou qual foi o critério do corte de nove beneficiários dos 40 que faziam parte do projeto inicialmente e quando eles foram avisados. Priscila Nunes afirmou que foi o Ministério das Cidades quem tomou a decisão e que foi divulgado em reuniões com o grupo. “Não queríamos que ninguém fosse excluído, tentamos incluir todos, mas não depende de nós”, afirmou. Paulo César insistiu que não encontrou entre os documentos que teve acesso o comunicado do governo federal sobre os cortes, e, que durante um ano, de julho de 2013 a julho de 2014, as pessoas não tiveram acesso aos documentos que faltaram. Priscila ficou então de encaminhar ainda durante a sessão a documentação, mas ressaltou a necessidade da aprovação para evitar uma maior demora, pois não há possibilidade de incluir novamente quem ficou de fora. Ela contou ainda que dos 31 selecionados, quatro desistiram e, por isso, são apenas 27 agora. A secretária afirmou que ainda aguarda um retorno do Ministério das Cidades sobre a possibilidade de substituir os desistentes. Para encerrar, Paulo César perguntou para Priscila se havia interesse da administração municipal de incluir o município novamente no PNHU. Ela respondeu que sim, mas que vai aguardar a conclusão deste projeto em andamento. O presidente da Câmara, Rômulo Barros (PSDB), solicitou que a secretária trouxesse a documentação antes da votação do projeto.

Após o grande expediente, a sessão ordinária foi suspensa por alguns minutos até chegar a documentação solicitada. Com o projeto em discussão, Paulo César afirmou que em momento algum há nos documentos como foi feito o corte de pessoas. “Essa culpa da demora não é nossa. A documentação chega agora e incompleta”, reclamou. Rômulo Barros afirmou que os vereadores estavam num dilema: se não votassem a matéria, corriam o risco da administração municipal perder o prazo; se aprovassem, deixam pessoas que também necessitam fora. Antônio Rui Pereira (PDT) defendeu a votação devido à urgência e afirmou que as pessoas prejudicadas pela ausência de documentação devem buscar os direitos de forma administrativa ou até judicial. Zanir Berro (PP) afirmou que deviam aprovar pelos 27 beneficiados e que as que foram excluídas agora podem ser as primeiras da fila no próximo programa. Cristiano Nunes (PP) endossou a proposta e disse que, infelizmente, quem ficou de fora precisa esperar. Felisberto Ferreira (PDT) também se manifestou no mesmo sentido, sugerindo que as pessoas excluídas do projeto busquem uma solução posteriormente. Rômulo

Barros e Paulo César afirmaram que a portaria do Ministério das Cidades que excluiu um grupo de beneficiados por falta de documentação é de setembro de 2014 e só em dezembro a Prefeitura emitiu a documentação necessária, que comprovava a condição do terreno para a casa ser construída. Mesmo assim, presidente e vice da Mesa Diretoria foram favoráveis à aprovação e sugeriram a busca dos direitos dos excluídos depois. O projeto então foi aprovado por unanimidade pelos vereadores.

DOIS PROJETOS DA ORDEM DO DIA BAIXADOS

O projeto de Lei do Executivo que autoriza a prorrogação do prazo de vigência de um contrato, de 1º de fevereiro a 6 de março, para suprir o tempo restante de uma licença maternidade, foi baixado às comissões.

Também ficou baixado o projeto de Lei de autoria de Antônio Rui Pereira, Claudete Druzian e Leticia Pavanelo, que denomina de João de Barro a travessa entre as ruas Ernesto Nenê e Waldemar Balbé, em homenagem a antiga Olaria do Gerônimo Rodolpho dos Santos. Antônio Rui pediu urgência na aprovação porque, segundo ele, há um projeto de instalação de rede de água parado pela falta de nome da travessa. Zanir Berro discordou que há necessidade de dar um novo nome e entende como um seguimento de uma rua já existente. Ele pediu a baixa do projeto e assim foi feito.

Duas indicações foram aprovadas por unanimidades. A primeira, dos vereadores Cristiano Nunes e Paulo César Pedroso, indica a manutenção das estradas do Rincão da Chácara e do Rincão dos Oliveira. A segunda, também de Cristiano Nunes, indica a manutenção das estradas do Rincão do Santa Maria, do Umbu, do Sarmento e da Enseada.